

O Programa de Assistência Brasileiro-Americana ao Ensino Elementar (Pabae): a Volta dos Tempos de Francisco Campos e a Oposição dos Educadores Católicos*

Edil Vasconcellos de Paiva (Coordenador)
Léa Pinheiro Paixão

INTRODUÇÃO

Em 22/6/1956, o Ministério da Educação e Cultura assinou um acordo com a United States Operation Mission – Brasil (Usom-B), dando início a um Programa de Assistência Brasileiro-Americana ao Ensino Elementar, que ficou conhecido por sua sigla – Pabae – e cujos objetivos foram:

- 1) Formar quadros de instrutores de professores de ensino normal para diversas escolas normais mais importantes do Brasil.
- 2) Elaborar, publicar e adquirir textos didáticos tanto para as escolas normais como para as elementares.
- 3) Enviar aos Estados Unidos, pelo período de um ano, na qualidade de bolsistas, cinco grupos de instrutores de professores de ensino normal e elementar recrutados em regiões representativas do Brasil que, ao regressarem, [seriam] contratados pelas respectivas escolas normais para integrarem os quadros de instrutores de professores pelo período mínimo de dois anos.

A estratégia de implantação do programa previa a criação de um centro piloto no Instituto de Educação em Belo Horizonte e o estabelecimento de centros similares em São Paulo, Belém, Manaus, Rio de Janeiro e Porto Alegre. A reconstrução da história do Pabae mostrou que apenas o centro piloto se efetivou. Verificou-se, no entanto, que o programa exerceu influência em âmbito nacional.

No centro piloto, em Belo Horizonte, professoras do curso normal, supervisores, inspetores e diretoras de escolas primárias e normais de diversos Estados realizaram cursos de aperfeiçoamento. Por meio destes cursos, da produção e distribuição de material didático e assessorias a secretarias de educação, o Pabae contribuiu para a divulgação de uma abordagem dos problemas da escola primária que predominou no período que vai do final da década de 50 até o início da década de 70.

A participação americana na direção do programa cessou em 1963, quando as atividades nele desenvolvidas foram integradas ao Centro Regional de Pesquisas Educacionais de Minas Gerais, órgão do Inep. Em 1964, o Pabae passou a constituir a Divisão de Aperfeiçoamento daquele centro.

Este trabalho apresenta resultados de pesquisa¹ realizada sobre o Pabae e sua

* Publicado originalmente na Série Documental/Relatos de Pesquisa n. 34, julho de 1995, como artigo-síntese, exigência do convênio de financiamento de pesquisa nº 29/91, firmado entre o Inep e a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), cuja conclusão se deu em janeiro de 1995.

¹A pesquisa foi realizada como parte das atividades acadêmicas das autoras na Universidade Federal de Minas Gerais e contou com o apoio do Inep, do CNPq e da Fapemig.

influência na educação brasileira no que se refere às repercussões iniciais do programa em Minas Gerais. Enquanto ele foi recebido por lideranças educacionais no Estado como uma possibilidade de reviver experiências pedagógicas do final dos anos 20, foi combatido por educadores católicos que temiam que a educação mineira fosse contaminada pela orientação pragmatista americana.

A VOLTA DOS TEMPOS DE FRANCISCO CAMPOS

A história do Pabaee apresenta justificativas que fazem lembrar o passado educacional mineiro. Depoimentos, discursos, matérias de jornal da época mostram que, por meio da cooperação americana, Minas Gerais procurava reviver uma experiência pedagógica realizada, em fins da década de 20, pelo então secretário dos Negócios do Interior, cuja pasta incluía os Negócios da Educação, Francisco Campos.

Segundo a análise de Arroyo (1986, p. 20):

A democratização do ensino no pré-30 traz os marcos das soluções escolhidas pelas lideranças mineiras para sair da crise. Será uma democratização controlada e dirigida do alto, a serviço de uma nova ordem, mas sem quebrar os particularismos em nível socioeconômico e político. A expansão da instrução pública para o povo é aceita como exigência, desde que não o desvie do exercício de suas profissões operárias, conservando-se dentro de sua classe. Nesse contexto do período pré-30, mais do que um processo de expansão do ensino, o que ocorre é um processo de diversificação do sistema básico de instrução.

O conteúdo das reformas realizadas por Francisco Campos, como o de outras efetuadas na época em outros Estados naquele período, reflete a influência da Escola Nova. Para

reformular e melhorar o ensino, era necessário adequar a escola às inovações de ordem metodológica. Essa adequação exigia, em primeiro lugar, a preparação eficiente dos professores.

Além da reforma do ensino primário e normal, Francisco Campos fundou a Escola de Aperfeiçoamento, organizada a partir de um núcleo de professoras enviadas a estudar na Universidade de Colúmbia, nos Estados Unidos. Ao mesmo tempo, foi convidado um grupo de professores europeus para trabalhar algum tempo com os mineiros: Theodoro Simón, da Universidade de Paris e colaborador de Binet; Leon Walter e Artus Perelet, do Instituto Jean-Jacques Rousseau; Helena Antipoff, assistente de Claparède no Instituto Jean-Jacques Rousseau; Jeanne Louise Milde, da Academia de Belas-Artes de Bruxelas.

Reviver o clima inovador dos tempos de Francisco Campos, reviver a Escola de Aperfeiçoamento e retomar o bom caminho foram argumentos utilizados por Renault² ao justificar o Pabaee.

O que agora se vai fazer nada mais é, pois, do que a retomada de um bom caminho, e, se em alguma coisa esperamos levar vantagem aos homens públicos que nos precederam, será em que, valendo-se de suas experiências e de seus entendimentos, não nos parece fora de propósito aspirar a um maior avanço (*Diário da Assembléia*, 19/7/1957, p. 1).

Reviver a Escola de Aperfeiçoamento e o período de Francisco Campos tinha sentido especial. Significava retomar o lugar de vanguarda na educação de que se orgulhavam os mineiros e garantir para Belo Horizonte o título de “Capital Pedagógica do Brasil,” conquistado, segundo Jacintho Álvares Silva Campos, à época das reformas de Campos.

O centro piloto previsto com o Pabaee seria implantado no Instituto de Educação de Minas Gerais, e, para sua direção, Abgar Renault

² Abgar Renault foi, por duas vezes, secretário de Estado da Educação em Minas Gerais. A primeira, quando era governador Milton Campos (22/12/1947 a 5/9/1950). A segunda, ao tempo do governador Bias Fortes (31/1/1956 a 13/3/1959). Ocupou o Ministério da Educação antes da assinatura do ofício (11/4/1956) solicitando assistência técnica ao ensino primário à Missão Norte-Americana de Cooperação Técnica no Brasil (Usom-B), por breve período (de 24/11/1955 a 31/1/1956). A assinatura daquele ofício foi o primeiro passo dado em direção à concretização do Pabaee.

nomeou o professor Mário Casasanta.³ Casasanta tomou posse em 12/3/1957, explicitando, em seu discurso, as intenções reformadoras que deveriam marcar sua gestão. Além desses pontos de encontro entre o Pabae e a Reforma Francisco Campos, é preciso, ainda, observar a semelhança com alguns pontos do desenho geral das propostas. Em ambos os casos, trata-se de buscar, de colher, no exterior, inspiração para dar novo impulso à educação mineira. Para isso, dois caminhos são usados: enviar um grupo de professores para realizar cursos nos Estados Unidos e, ao mesmo tempo, trazer professores estrangeiros para trabalhar na execução de projetos. Nos dois momentos históricos, acreditava-se que o País tinha muito a lucrar com a experiência de países desenvolvidos – França e Estados Unidos, em 1920, e apenas os Estados Unidos, em 1956.

Une também os dois projetos de renovação pedagógica à reação de oposição que ambos sofreram por parte dos setores educacionais católicos mais conservadores. Oposição mais forte nos anos 20, segundo o professor Ayres da Matta Machado Filho, testemunha dos dois momentos.

A OPOSIÇÃO DE EDUCADORES CATÓLICOS

A responsabilidade do educador se estende ao eterno (*O Diário*, 23/5/1957, p. 8).

Como acontece no período de reformas do final da década de 20, alguns educadores católicos opuseram-se ao Pabae por motivos ideológicos. Temiam que a importação do ideário filosófico pragmatista colocasse em xeque a orientação católica da educação mineira.

Muitos dos educadores que apoiavam o projeto também eram católicos. Mário Casasanta era católico, porém de uma corrente mais intelectualizada, e aberto a inovações, tendo

assinado o Manifesto dos Pioneiros. Também Abgar Renault é católico.

A oposição católica ao Pabae concentrou-se em torno de três pessoas: Maria Luíza Almeida Cunha, padre Álvaro Negromonte e padre Orlando Machado. Os três representavam uma ala conservadora do catolicismo e eram pessoas de destaque no campo educacional. Almeida Cunha era professora de Filosofia da Educação da Faculdade de Filosofia da Universidade de Minas Gerais e exercia liderança nessa ala de católicos mais conservadores. O padre Álvaro Negromonte, que, em 1957, era da Arquidiocese do Rio de Janeiro, exerceu forte liderança nos meios católicos. No tempo de Francisco Campos, ele se opusera às idéias trazidas por Helena Antipoff, em nome da pedagogia católica.

Almeida Cunha e padre Negromonte manifestaram uma oposição direta, e padre Orlando Machado mesclou sua oposição a uma certa dose de simpatia pelos americanos, tentando separar argumentos do campo da discussão que interessavam aos católicos das posições nacionalistas.

Como educadora católica e professora de Filosofia da Educação, Almeida Cunha sentia-se no dever de analisar o “conteúdo doutrinal, os valores e desvalores das correntes informativas da pedagogia contemporânea”, entre elas o pragmatismo:

Se, por um lado, o pragmatismo teve nas suas origens o merecimento de reagir contra o positivismo e chama a atenção para a realidade integral da pessoa, incide, por outro lado, no exclusivismo do método experimental da desconfiança do trabalho específico da razão, no relativismo da verdade. Em Dewey, o caráter instrumental da verdade, há falta absoluta de preocupação religiosa (*O Diário*, 23/5/1957, p. 14).

Sobre o Pabae, Almeida Cunha conclamava os educadores católicos a se manterem alertas “a serviço da causa real do

³ Mário Casasanta foi colega de turma, na Escola de Direito, de Gustavo Capanema, Gabriel Passos, Francisco Negrão de Lima e Abgar Renault. Entre outros, ocupou os seguintes cargos: inspetor-geral da Instrução Pública, diretor da Imprensa Oficial, diretor do Centro Regional de Pesquisas Educacionais-MG, reitor da UFMG e diretor do Instituto de Educação. Pertenceu ao grupo Pioneiros da Escola Nova de 1931, na ala espiritualista, segundo Alceu Amoroso Lima (*Jornal do Brasil*, 18/4/1963). A participação de Mário Casasanta na Reforma Francisco Campos ultrapassa a simples execução burocrática. Para o professor Ayres da Matta Machado Filho, ela foi tão significativa que a reforma deveria chamar-se Reforma Francisco Campos-Mário Casasanta.

Cristo”, apesar de confiar nas palavras do secretário de Educação, que havia garantido haver um empenho, por parte dos responsáveis pelo programa, em “salvaguardar as nossas tradições cristãs, tendo tomado as precauções para que só nos [fossem] transmitidas técnicas de ensino”. Propunha que os educadores se instruissem em fontes autênticas, para impregnar de sentido e vitalidade as técnicas aprendidas. A perspectiva de que o novo do Pabaee se restringisse à introdução de técnicas, supostamente neutras, reduziria, aos seus olhos, os riscos para a orientação filosófica católica da educação. Essa percepção talvez explique por que a oposição católica conservadora ao Pabaee teve menos impactos que aquela desencadeada contra as inovações propostas nos tempos das reformas de Francisco Campos, que introduziram uma percepção científica, psicológica da educação.

Padre Álvaro Negromonte, apesar de admitir que se sentia mais aliviado em saber que os americanos vieram “apenas dar a sua ajuda técnica”, foi mais radical que Almeida Cunha em suas declarações a *O Diário*. A manchete é expressiva: “Temo que comecem cooperando e terminem no comando.”

Estou de pleno acordo que escolhamos, na pedagogia norte-americana, o que ela tem de bom, para fazermos sua adaptação ao Brasil. Não queria nem a importação dos métodos em grosso, sem exame, só porque são *made in America* botocudamente.

Além disso, o padre Negromonte pergunta:

Que norte-americanos virão? Católicos? Estes e só estes é que nos poderiam servir, e isto mesmo apenas em parte, pois que as suas tradições e os hábitos não condizem com as tradições e hábitos do Brasil. Protestantes? Mas, meu Deus, já não basta o esforço que eles fazem espontaneamente para descaticar a gente brasileira e ainda lhes vamos entregar, de mão beijada, as próprias casas de formação de educadores do Brasil? (*O Diário*, 28/5/1957, p. 11).

Como Almeida Cunha, o padre Negromonte também participou da oposição à importação das idéias escolanovistas da Escola de Aperfeiçoamento. Segundo o professor Ayres da Matta Machado Filho, Negromonte ficou, mais

tarde, de tal maneira empolgado com as inovações pedagógicas propostas, que ele próprio as utilizou na renovação do ensino de catecismo.

O padre Orlando Machado, entrevistado por *O Diário*, fez coro às reflexões de Almeida Cunha e Negromonte, segundo as quais os americanos trariam sua técnica e que caberia aos católicos garantir sua utilização de acordo com os fins absolutos. Manifestou receio em relação à contaminação por essa espécie de materialismo, tão pernicioso quanto o que ensinou Marx:

[...] em matéria tão relevante qual a de uma Pedagogia baseada numa Filosofia finalista, o indiferentismo, o silêncio, a neutralidade ou o ecletismo são tão perniciosos quanto a infiltração aberta de uma doutrina francamente materialista (*O Diário*, 22/5/1957, p. 9).

Com os mesmos receios e restrições, padre Orlando apresentava uma diferença em relação a Maria Luíza e ao padre Negromonte, porque explicitava a não-adesão a valores nacionalistas, que parecem articulados com os argumentos de ambos, e comentava a discussão sobre o acordo:

Tenho horror mesmo a todo e qualquer nacionalismo estreito e mesquinho, sobretudo ao da espécie que certa ideologia estranha a nossa formação nos quer impingir na tentativa de dividir o mundo em dois blocos opostos (*O Diário*, 22/5/1957, p. 9).

Além do debate através do jornal, essa discussão foi alimentada em mesas-redondas realizadas na Faculdade de Filosofia da Universidade de Minas Gerais, na União Estadual dos Estudantes, na Federação das Indústrias e na Associação Comercial. Nelas, a discussão girava em torno de questões nacionalistas. Os estudantes criticaram o convênio “por acharem que o mesmo atentava contra as tradições de cultura do nosso Estado, significando submissão a país estrangeiro” (*O Diário*, 15/6/1957, p. 8).

Os responsáveis pelo acordo, procurando amenizar a oposição católica, lembraram que, nos Estados Unidos, também existiam religião católica e educação católica. Isso se fez através

de divulgação do pensamento de educadores católicos americanos. *O Diário* entrevistou frei Mathias Keimen, que veio ao Brasil em viagem de aproximação cultural, anunciando em manchete: “Sacerdote norte-americano estudioso das coisas do Brasil”. Abaixo da foto do sacerdote, do repórter e do adido cultural dos Estados Unidos, aparece o seguinte texto: “Quanto à educação, disse que o pragmatismo acha-se superado nos Estados Unidos e que são em número de cem as universidades católicas daquele país” (*O Diário*, 22/6/1957, p. 8).

Em campanha articulada pela Usom, o educador americano e católico Edward Fritzpatrick, que dirigiu, por mais de quarenta anos, o *Catholic School Journal*, visitou Belo Horizonte.

Além de diretor de escola católica, Fritzpatrick foi apresentado por *O Diário* (20/9/1957) como autor de vários livros sobre filosofia cristã da educação: *Fundamentos da educação cristã*, explorando uma teologia da Educação, *Filosofia da Educação* e *O colégio católico do mundo de hoje*. Em Belo Horizonte, sua presença foi objeto de homenagens documentadas pelos jornais: homenagem do secretário de Educação e da diretoria do Instituto de Educação, jantar na Associação Thomas Jefferson. Fez várias conferências a convite do bispo auxiliar de Belo Horizonte e falou para religiosas católicas. Participou do curso de aperfeiçoamento para mais de 40 professoras em exercício, coordenado pela diretoria do Instituto de Educação, que contou com a colaboração dos americanos que já estavam em Belo Horizonte para a implantação do Pabaee. O Instituto de Educação reuniu em uma publicação as conferências sob o título *A função do professor no desenvolvimento humano*.

Fritzpatrick esteve pela primeira vez no Brasil em janeiro de 1957. O sucesso⁴ dessa viagem motivou seu retorno em agosto, quando se manifestaram, publicamente, os receios dos mineiros católicos quanto à filosofia de educação pragmatista que ameaçava aqui instalar-se com

a vinda do Pabaee. Esse educador seria a melhor arma para o contra-ataque:

A visita do doutor Fritzpatrick a Belo Horizonte será benéfica para nós no Projeto Educação Elementar mesmo que nem todos concordem com ele. Será um exercício profissional saudável para os educadores de Belo Horizonte obterem visões diferentes da educação americana. Doutor Fritzpatrick virá a Belo Horizonte como um representante respeitado, conhecido e popular do que de melhor existe na educação americana e não como um patrocinador ou defensor de nosso projeto cooperativo em Educação Elementar. Ele vem como conferencista e orador convidado, do mesmo modo como as universidades dos estados convidam personalidades destacadas para conferência nos auditórios e salas de aula.⁵

Hart (diretor da Divisão de Educação da Usom) previa como atividades a serem desenvolvidas pelo visitante, além de várias conferências, mesas-redondas com professores e alunos do Instituto de Educação, um encontro com o padre Orlando Machado e outros líderes de instituições educacionais católicas e, se o tempo o permitisse, visita à Universidade de Minas Gerais, para contatos com professores e grupos de estudantes.

A repercussão da visita foi consideravelmente positiva. Para melhor tirar proveito político do evento, Hart utilizou a chegada de Fritzpatrick para marcar o início oficial do projeto da Divisão da Educação da Usom em educação elementar. Esse início se deu com o Curso Intensivo de Aperfeiçoamento Pedagógico para professoras primárias, organizado no Instituto de Educação, com a participação dos americanos que já estavam em Belo Horizonte. É a primeira atividade pública que reúne brasileiros e americanos.

O Estado de Minas (6/10/1957, p. 9) noticiou que, após a conferência de Fritzpatrick no Instituto Padre Machado sobre “São João Batista de La Salle como expoente predominante nos métodos de educação”, abriu-se debate com os reverendos padres e irmãos presentes, no

⁴ “É opinião abalizada do oficial de serviço público desta repartição que a visita do doutor Fritzpatrick a esta cidade deu uma grande contribuição para aumentar nosso prestígio entre educadores locais. Sua personalidade agradável e seus ideais elevados tornaram-no benquisto por todos que entraram em contato com ele.” Citado por Hart, em correspondência dirigida ao cônsul americano em Belo Horizonte, Mr. Staravia, datada de 20/8/1957, em inglês.

⁵ Correspondência de Hart para o cônsul americano em Belo Horizonte, Mr. Staravia, datada de 20/8/1957.

qual o convênio com os americanos foi questionado. Fritzpatrick

[...] assegura aos presentes que os professores americanos aqui se encontravam a convite do governo brasileiro, a fim de colaborarem com os professores brasileiros no desenvolvimento de modernas técnicas de ensino, constituindo com os mesmos um corpo de conselheiros especializados, cabendo aos professores mineiros todo o trabalho de atividades junto aos cursos e classes em funcionamento.

O sucesso da missão de Fritzpatrick foi reconhecido por Hart. Ele analisou, em documento, as reações ao projeto. Transcrevemos parte dele, por permitir conhecer a visão dos americanos sobre os fatos relatados:

Todos nós sabemos da visão que predomina largamente na América Latina de que os Estados Unidos da América do Norte é uma nação altamente materialista, embora essa opinião tenha sido grandemente enfraquecida, em anos recentes, com o intercâmbio de viajantes e estudantes, pelos programas da Usom...

Quando o projeto foi a primeira discussão na Assembléia do Estado de Minas Gerais, alguns comentários desfavoráveis apareceram nos jornais, os quais refletiam um medo de que ele seria estranho ao modo de vida brasileiro. Aqueles que objetaram eram principalmente membros das ordens religiosas que ensinam, pensando que o novo método significa a introdução de uma filosofia estranha à tradição desta sociedade católica e conservadora. (Quase um quarto das escolas primárias urbanas no Brasil são mantidas por instituições privadas, muitas delas católicas, de acordo com T. Lyon Smith, em *People and Institution of Brazil*).

Os críticos simplesmente não sabem que milhares de escolas paroquiais nos Estados Unidos são mantidas sob as mesmas regulamentações e usam os mesmos métodos das escolas públicas e que as freiras que ensinam têm o mesmo treinamento dos professores laicos.

A visita do doutor Edward A. Fritzpatrick, que fez uma série de palestras no Instituto de Educação, foi um bom antídoto para estes medos; ele foi convidado, por educadores religiosos, a retornar a Belo Horizonte para falar em suas escolas.

Cidadãos importantes de Belo Horizonte têm expressado seu pesar de que o projeto tenha sido mal compreendido e criticado. O padre

Orlando Machado, um católico proeminente, expressou uma boa apreciação do que é proposto no projeto. Ele reconhece que o projeto traz o tipo de metodologia necessária à colocação da educação em melhores bases e elogia a admirável ação do doutor Abgar Renault, secretário de educação do estado, na tentativa de fazer de Minas Gerais um estado pioneiro na renovação que está se tornando imperativa. Ele observou que nada melhor poderia ser feito do que trazer o doutor Fritzpatrick, muito conhecido por seu perfeito conhecimento no campo da educação e suas importantes realizações. Ele pediu mais informações sobre o Programa de Educação para levar para os diretores de escolas católicas e comentou que comunistas estão envenenando e estragando todo esforço sob a capa de nacionalismo. Padre Orlando Machado tem apoiado generosamente o programa em cartas para o secretário de educação e para o doutor Affonso Paulino, diretor da Acar e membro de uma das antigas famílias mineiras, que, a propósito, tem-se colocado como uma patrocinadora oficial do projeto. Uma observação posterior do padre Machado é: "Eu gostaria de pedir a você para assegurar-lhe (Diretor do Programa de Educação) que, em todas as eventualidades, estarei pronto para colaborar com ele, porque vejo em seu trabalho uma expressão de generosidade e desinteresse por parte da América do Norte, estendida para um grande país, cheio de possibilidades e necessidades de tal amizade".

A vinda de Fritzpatrick não foi a única medida tomada pelo Pabae para enfrentar as restrições católicas. Outras articulações foram feitas, a fim de neutralizar a repercussão dessa oposição que se deu na Assembléia Legislativa durante a tramitação do projeto de aprovação do acordo.

A posição de *O Diário* nesses acontecimentos foi ambivalente. Representante dos interesses da comunidade católica conservadora, foi porta-voz da oposição desse segmento à implantação do programa. No entanto, seu diretor, Affonso Paulino, era também diretor da Associação de Crédito e Assistência Rural (Acar), que vinha recebendo assistência técnica americana desde 1949 e era, segundo Hart, "patrocinador não oficial do projeto". Ele foi incorporado, em meados de 1957, ao Pabae, como membro da comissão de instalação do programa, e desempenhou funções de assessor jurídico.

Para reforçar suas posições, o Pabae realizou, no início de 1958, um curso de aperfeiçoamento pedagógico para religiosas que lecionavam em escolas normais. É a segunda promoção do convênio, logo após o curso de três meses, que contara com a participação de Fritzpatrick. O curso para as religiosas, iniciado em janeiro, teve a aprovação do arcebispo coadjutor de Belo Horizonte, D. João de Resende Costa, e contou com a participação de 104 professoras-freiras de vários pontos dos Estados de Minas Gerais, do Espírito Santo e de Goiás.⁶ O corpo docente desse curso foi composto de professores americanos, das professoras brasileiras que fizeram curso nos Estados Unidos e de alguns professores do Instituto de Educação, entre os quais, Almeida Cunha. A Filosofia da Educação, área de conflitos, ficou sob a responsabilidade de Maria Luíza Almeida Cunha e do padre Orlando Machado.

A essa época, os receios da contaminação do espírito pragmatista já não provocavam reações, pelo menos que se expressassem publicamente. Parece que já não havia mais motivos para isso. O temor que emergira nas primeiras reportagens sobre a reforma do ensino normal de que o programa viesse a significar algum tipo de intervenção na economia dos colégios normais católicos parecia, a essa altura, despropositado. As atividades do Pabae priorizavam cursos de aperfeiçoamento para professoras e diretoras de escolas públicas e não significavam ameaça aos colégios religiosos.⁷

Em segundo lugar, os receios dos católicos que se fizeram ouvir pelos jornais dirigiam-se, sobretudo, à orientação filosófica geral, mas todos admitiam, com algumas restrições, a possibilidade de ganhar com o acordo com os americanos, desde que eles se restringissem ao campo da técnica. Parece que, por precaução, nos primeiros cursos de aperfeiçoamento em que atuavam professores do Instituto de Educação e do Pabae, a

Filosofia da Educação era dada pelos professores mineiros, reconhecidamente católicos. Observando a composição da primeira turma enviada aos Estados Unidos, observa-se que não foi enviado professor para se especializar apenas em Filosofia.

Finalmente, é interessante observar que, nessa polêmica que se travava pelos jornais, não foi citado o nome de Anísio Teixeira, figura responsável pelo convênio e que, nessa altura dos acontecimentos, estava sendo apontado como figura nociva aos interesses católicos no plano nacional. Poucos dias antes de *O Diário* começar a publicar matéria sobre o Pabae, esteve em Belo Horizonte e foi entrevistado por este jornal o deputado federal cônego José Trindade da Fonseca e Silva. Nessa entrevista, ele condenava o materialismo que agia no Ministério da Educação e os conceitos marxistas do diretor do Inep (*O Diário*, 1º/3/1957, p. 8). O nome de Anísio Teixeira não foi lembrado para reforçar a crítica que se fazia ao acordo.

O estudo permitiu identificar que as expectativas iniciais em relação ao Pabae sofreram, nos primeiros anos de sua implantação, uma reversão. As expectativas de reviver os tempos de Francisco Campos, alimentadas principalmente pelo grupo do Instituto de Educação e anunciadas pelo secretário da educação, regrediram. Os professores do Instituto de Educação, diante da autonomia do programa, não tiveram condições de incorporá-lo, de forma efetiva, àquela instituição. O Pabae se desenvolveu de forma independente e como tal se projetou, gerando conflitos. Os grupos hegemônicos das duas instituições se defrontaram em disputas de caráter pedagógico e disputas pelo poder. Inversamente, a oposição dos educadores católicos mais conservadores diluiu-se no segundo ano de funcionamento do programa. Contribuiu para isto a estratégia elaborada pelo Usom-B. O desarmamento desses grupos se efetivou a partir do argumento

⁶ Cf. *O Diário*, 9/2/1958, p. 8. O curso para as freiras objetivava nitidamente apaziguar as forças contrárias católicas, já que a Usom definira explicitamente, como prioridade no campo educacional, o ensino público.

⁷ Numa das reportagens de *O Diário* (15/5/1958, p. 8), essa ameaça fora anunciada: "Acredita-se que o governo estadual encontrará sérias resistências na aprovação do acordo, desde que este implica uma intervenção na economia privada dos colégios mineiros que mantém cursos de Formação de Professores Primários e do Curso Ginásial".

de que ao Pabaee não interessava interferir na filosofia da educação, nos valores e finalidades perseguidos pelo trabalho pedagógico. O objetivo central de suas atividades foi visto como o de trazer para o Brasil métodos de ensino mais modernos e mais eficientes. Esta posição supunha a crença na neutralidade dos métodos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

PEIXOTO, Anamaria C. *Educação no Brasil: anos 20*. São Paulo: Loyola, 1983. 180 p.

ARROYO, Miguel. Na carona da burguesia : retalhos da história da democratização do ensino. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, n. 3, p. 17-23, jun. 1986.